

OFICINA DE HISTÓRIA SOBRE POVOS ORIGINÁRIOS NO 6º ANO: RELATO DE ATIVIDADE NO PIBID

LUCAS VISCARDI MARQUES¹; NATHALIA DA ROSA FAULSTICH²; CAMILLA MENEGUEL ARENHART³;

MAURO DILLMANN TAVARES⁴:

¹Universidade Federal de Pelotas – lucasmarques.lic@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – nathviega@gmail.com

³Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Lourdes – cmarenhart@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – maurodillmann@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Este resumo relata a experiência desenvolvida no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Até o momento, a atuação dos bolsistas dentro das dependências escolares ocorreu, de fato, entre março e agosto de 2025 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Lourdes, em Pelotas (RS). Dentre as atividades realizadas, destacou-se uma oficina temática aplicada ao longo de quatro períodos letivos.

As atividades da oficina foram aplicadas após a introdução do conteúdo de povoamento da América pela docente titular e teve como objetivo principal aprofundar o conhecimento dos estudantes sobre os povos originários do Brasil, promovendo uma reflexão sobre suas vivências pré-coloniais e rompendo com a ideia do “descobrimento” da América. Além disso, buscou-se desmistificar preconceitos raciais através da exploração das alteridades desses povos, evidenciando suas diferenças culturais e históricas.

Historicamente, os povos indígenas foram retratados na escola e na sociedade de forma limitada, restrita ao período colonial e, por vezes, estereotipada, sendo frequentemente associados a imagens de “bárbaros” ou “ingênuos”. Essa visão restrita impõe reflexões sobre como a comunidade escolar e a sociedade percebem o papel e a complexidade dos povos indígenas.

De acordo com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), entre as habilidades e conhecimentos que devem ser desenvolvidos no ensino fundamental na área de história, ressalta-se a capacidade de conversar e debater, como o principal mecanismo para o respeito à diversidade cultural, social e política.

A Base Nacional Comum Curricular ainda ressalta para os anos finais que:

[...] A valorização da história da África e das culturas afro-brasileira e indígena (Lei nº 10.639/2003 e Lei nº 11.645/2008) ganha realce não apenas em razão do tema da escravidão, mas, especialmente, por se levar em conta a história e os saberes produzidos por essas populações ao longo de sua duração (BRASIL, 2018, p.416-417).

A implementação da Lei no ano de 2008 foi um passo importante para a valorização da temática indígena, porém, após dezessete anos de sua promulgação, ainda predomina uma abordagem moldada de maneira excêntrica e folclorizada, em que muitos docentes acabam contribuindo para a desvalorização e o apagamento das suas contribuições, importância e diversidade cultural (DA SILVA, 2025).

Durante muito tempo, inclusive antes da homologação da lei, muitos docentes não tinham o conhecimento específico para trabalhar com o assunto e muitos outros não faziam questão de abordá-lo. Mesmo os livros didáticos não contribuíam com a apresentação qualificada desse conteúdo.

A partir da Lei 11.645/08, com a instituição da obrigatoriedade do ensino da História e cultura indígena em todas as etapas da educação básica brasileira e da Lei 12.711/2012, que estabelece as cotas raciais para ingresso nas universidades, percebe-se um significativo aumento da produção de conhecimentos sobre os povos originários, tanto nos meios acadêmicos como no mercado editorial. Também vale ressaltar a mudança do termo “Dia do Índio” para “Dia dos Povos Indígenas”, através da lei 5466/19 decretada no dia 8 de julho de 2022 pela deputada indígena Joênia Wapichana. A troca ocorreu com o intuito de desmistificar e reconhecer a pluralidade cultural vinda dos povos originários, sendo uma grande oportunidade de se realizar atividades nas escolas que contribuam para sua valorização e conhecimento de seus costumes, contribuições e saberes (ANDRADE, 2024).

Segundo Andreo e Joly (2022), torna-se crucial trabalhar com esta temática devido às dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas e por suas comunidades ao longo dos anos, oportunizando aos estudantes o desenvolvimento de um pensamento crítico acerca dessa problemática. Entretanto, apesar de ser um tema obrigatório, não há uma fiscalização para saber se as escolas estão desenvolvendo o conteúdo de forma satisfatória. Sendo assim, é fundamental incrementar atividades no currículo de história, principalmente, em projetos de ensino que apresentem a diversidade dos povos originários, problematizando a situação atual, e trabalhando com o tema, não apenas pela obrigatoriedade, mas como forma de acesso à informação qualificada e construção de conhecimento que contribua para a formação cidadã das novas gerações.

2. ATIVIDADES REALIZADAS

As atividades foram desenvolvidas em quatro períodos distribuídos em dias distintos, tendo como tema central os Povos Originários do Brasil. A proposta articulou momentos de sensibilização, leitura e interpretação, registro escrito e produção criativa, com o objetivo de valorizar a diversidade cultural indígena, discutir estereótipos e promover a reflexão histórica de forma progressiva.

Nos dois primeiros períodos de aula, foi feita a exposição oral com apoio de apresentação de slides, abordando aspectos históricos e culturais dos povos originários antes da chegada dos europeus, como modos de vida, formas de organização social, produção de arte e objetos, habitações, práticas espirituais e diversidade étnica. Foram apresentados exemplos como pinturas rupestres, arte marajoara, cultura santarém, malocas e casas subterrâneas. Também se debateu a presença e influência da cultura indígena no cotidiano dos brasileiros, frisando hábitos e produtos como banhos diários, mandioca, chimarrão, açaí, refrigerantes de guaraná (incluindo o Guaraná Charrua) e referências simbólicas, como a ligação com o time de futebol Chapecoense. Além disso, buscou-se problematizar estereótipos raciais envolvendo indígenas, negros e brancos, incentivando a compreensão da complexidade cultural e histórica dessas populações.

No terceiro período, os alunos se organizaram em grupos de quatro integrantes e trabalharam com cartilhas que apresentavam informações específicas sobre diferentes povos originários do Brasil. A partir da leitura, responderam individualmente, em seus cadernos, a um conjunto de questões simples e objetivas

expostas no quadro, adaptadas para o nível de compreensão do 6º ano, abordando tópicos como local de moradia, formas de organização, alimentação e práticas espirituais. Essa etapa teve como foco o exercício da interpretação, da leitura e da escrita, bem como o registro do conteúdo trabalhado.

No último período, os grupos elaboraram diários narrativos, assumindo a perspectiva de integrantes de um povo originário, do período histórico anterior à chegada dos europeus. A produção baseou-se tanto nas informações apresentadas na exposição inicial quanto nas anotações realizadas a partir das cartilhas. A proposta buscou integrar o conhecimento histórico ao desenvolvimento da criatividade e da empatia, incentivando os alunos a construir, por meio da escrita, o cotidiano e as vivências dessas comunidades a partir do aprendizado que obtiveram com a oficina.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades desenvolvidas com a turma foram, em sua maioria, muito produtivas e geraram resultados bastante satisfatórios. A turma apresentava um perfil engajado, embora agitado, o que exigiu dos bolsistas a habilidade de transformar essa característica em algo positivo para o processo de aprendizagem. Uma dificuldade se manifestou durante o terceiro período, quando os estudantes demonstraram resistência à atividade que envolvia a leitura das cartilhas e o preenchimento das respostas por escrito. Muitos alunos não se mostraram motivados para realizar o exercício crítico e a escrita, o que demandou intervenções específicas por parte dos bolsistas, com conversas direcionadas para grupos e estudantes, incentivando-os a participar.

Com essas estratégias de mediação, todos conseguiram realizar as respostas de maneira satisfatória, garantindo o material essencial para a etapa final, a produção dos diários narrativos. Esse último momento foi marcado por um maior engajamento, criatividade e empenho da maior parte dos estudantes. Alguns grupos se destacaram ao elaborar diários que se estendiam por vários dias, criando narrativas diferentes para cada contexto e imaginando como as condições climáticas e ambientais afetariam o cotidiano dos povos originários.

Essa experiência evidencia a importância de associar o ensino de História a práticas que envolvam afetividade, criatividade e reflexão crítica. Ao problematizar estereótipos, apresentar a diversidade cultural dos povos indígenas e exercitar a criatividade, a oficina contribuiu para ampliar o olhar dos alunos, possibilitando uma compreensão mais profunda e crítica sobre essa temática. Reforça-se, assim, a necessidade da inclusão desse conteúdo de forma mais constante e significativa no currículo escolar, superando abordagens superficiais e folclorizadas.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Karenina Vieira. **Trabalhando com a temática indígena na escola: como evitar preconceitos e estereótipos?** Espaço do Conhecimento - UFMG, Belo Horizonte, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/trabalhando-com-a-tematica-indigena-na-escola/>. Acesso em: 12 de ago. 2025.

ANDREO, I. L; JOLY, J. L. A QUESTÃO INDÍGENA NOS MARCOS LEGAIS DE EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **HISTÓRIA EM REFLEXÃO**, Dourados/MS, v. 15, n. 31, p. 43-58, 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

DA SILVA, F. C. de. O. J. **A História e Cultura do Povo Tupinambá: Valorizando a identidade indígenas e construindo a cidadania no ensino fundamental numa escola pública no município de Pelotas/RS**. 2025. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Ciências Biológicas Licenciatura). Instituto de Biologia, Universidade Federal de Pelotas.